



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente

Av. Graça Aranha, nº 182 – 4º andar – 20.020-001 – Rio de Janeiro, RJ

OFÍCIO SEA/SE nº 0853/08

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2008

Senhora Secretária Executiva,

Em atenção ao **Ofício Circular nº 033/2008/SECEX/MMA** esclarecemos que o Governo do Estado do Rio de Janeiro possui em seu primeiro nível hierárquico de administração a Secretaria de Estado do Ambiente, órgão responsável por formular e coordenar a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente, e de gerenciamento dos recursos hídricos.

Para execução do Sistema Estadual de Meio Ambiente a Secretaria é composta por três fundações vinculadas, que futuramente serão fisicamente unidas num único Instituto Estadual do Ambiente, que desde o início de 2008 já possui a sua constituição formal. Atualmente as fundações possuem as seguintes atribuições:

- Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF) – responsável pela execução da política florestal e da política de conservação dos recursos naturais renováveis;
- Fundação Superintendência de Rios e Lagoas (SERLA) – responsável pela execução da política estadual de recursos hídricos e pela realização de obras de proteção de rios, canais e lagoas;
- Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), responsável pelo licenciamento, controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, bem como pelo monitoramento e qualidade ambiental do Estado.

As informações que estão sendo encaminhadas contêm dados fornecidos pelo IEF e pela SERLA. Não há dados da FEEMA, tendo em vista que todo licenciamento com previsão de supressão de vegetação em área de preservação permanente necessita de anuência do IEF, donde se presume que as informações fornecidas pelo IEF já abrangem os questionamentos realizados.

Ilma. Sra. **IZABELLA TEIXEIRA**

M. D. Secretária Executiva do

Ministério do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios – Bloco B – 5º andar

70.068-900 – Brasília, DF

ECRM/tag
Of. SE0372

Recebido na SECEX/MMA

Data 21/11/08

Nº Registro: 033982/08

Ass: 16:10

Ass: [Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente

Av. Graça Aranha, nº 182 – 4º andar – 20.020-001 – Rio de Janeiro, RJ

OFÍCIO SEA/SE nº 0853/08

02.

Outro fato importante a ser ressaltado é que por estarem as três fundações separadas, os procedimentos internos também se tornam diferenciados, o que por vezes dificulta a coleta de informações. Esse inclusive foi um dos motivos que incentivou a unificação dos órgãos. Pelos aspectos expostos informamos que alguns dados serão encaminhados faltando complementações.

1- Quantitativo de pedidos de autorização de intervenção ou supressão de vegetação em APP protocolados desde a publicação da Resolução (março de 2006).

Em 2007 o IBAMA passou para o IEF o licenciamento obrigatório para o controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, materializado no Documento de Origem Florestal (DOF), instituído pela Portaria MMA nº 253, de 18 de agosto de 2006.

Esse procedimento começou a ser efetivamente executado em 04 de agosto de 2008, sobrecarregando as atividades da fundação. Por isso não foi possível quantificar o número de pedidos de autorização de intervenção ou supressão de vegetação em APP que foram protocolados no IEF.

Já a SERLA não autoriza supressão de vegetação em APP, porém analisa processos de demarcação de Faixa Marginal de Proteção, que embora diferente da APP do Código Florestal, recai sobre o mesmo espaço geográfico, necessitando da mesma proteção. Inclusive esclareça-se muitos dos pedidos de demarcação de FMP acabam se transformando em pedidos de uso daquele espaço.

De acordo com os dados constantes na Divisão de Faixa Marginal da SERLA tramitam naquela fundação cerca de mil e quinhentos processos de demarcação de FMP, sendo que aproximadamente metade dos pedidos referem-se ao uso daquele espaço.

Também é importante registrar que esse total refere-se a uma média dos processos existentes, não se referindo especificamente ao período de 2006 até a presente data.

2- fatores motivadores das negativas de autorização de intervenção em APP.

O IEF utiliza como fator motivador das negativas e ausência de declaração prévia de utilidade pública ou interesse social. Em 2007 foi realizada uma consulta à Procuradoria Geral do Estado sobre como seriam averiguados esses dois fatores, porém, como ainda não foi obtida

R



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente

Av. Graça Aranha, nº 182 – 4º andar – 20.020-001 – Rio de Janeiro, RJ

OFÍCIO SEA/SE nº 0853/08

03.

uma resposta formal a fundação adotou como critério motivador da negativa a ausência de decreto declarador de utilidade pública ou interesse social. Em relação aos casos de baixo impacto, ainda não foi realizado nenhum pedido nesse sentido.

Já a SERLA analisa primeiro se os casos concretos se enquadram nos quesitos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto. Os dois primeiros são analisados de forma taxativa com o que está disposto na resolução, caso não se enquadre, não é expedida a autorização.

Nos casos de baixo impacto o pedido é encaminhado para a Divisão de Gestão Ambiental para avaliação e manifestação sobre se o impacto se caracteriza realmente como de baixo impacto em relação ao curso d'água presente no caso concreto.

3- Quantitativo de pedidos de autorização de intervenção ou supressão de vegetação em APP deferidos, discriminados, se possível:

Pelo IEF foram deferidos 7 (sete) pedidos em 2007 e até a presente data 10 (dez) em 2008. Pela SERLA os dados referentes ao período entre março de 2006 a outubro do corrente ano totalizam 81 (oitenta e uma) autorizações, cuja fundamentação é diversificada, em que haja interferência de cursos d'água estaduais.

3.1 - Por tipo de obra, plano atividade ou projeto (conforme classificação da Resolução Conama 369/06).

Não foi possível verificar esse nível de detalhe de informação.

3.2- Por tipo de APP (conforme tipo de APP elencados na Resolução Conama 303/02).

Não foi possível verificar esse nível de detalhe de informação.

4- Área de APP a ser afetada pelos pedidos deferidos, por tipo de APP, ou, se não for possível esta avaliação, tipos de APP que serão mais afetados:

As área de APP afetadas pelos pedidos deferidos concentram-se no topo de morro e nas margens dos rios, ao redor dos lagos, lagoas e reservatórios d'água naturais e artificiais, nascentes, olhos d'água, restingas e fixadores de dunas ou estabilizadores de mangues.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente

Av. Graça Aranha, nº 182 – 4º andar – 20.020-001 – Rio de Janeiro, RJ

OFÍCIO SEA/SE nº 0853/08

04.

5- Dificuldades encontradas pelo Órgão licenciador na interpretação da Resolução

As fundações observaram não haver dificuldades na interpretação da Resolução, tendo em vista ser a mesma clara em seu propósito.

6- Dificuldades encontradas pelo Órgão licenciador na aplicação da Resolução.

O IEF não constatou nenhuma dificuldade, por parte de seus técnicos, na aplicação da Resolução. Já a SERLA entende ineficaz algumas exigências, tais como o disposto no § 2º, do art. 4º da Resolução. Isso se deve ao fato de que ainda que os Municípios possuam Conselho de Meio Ambiente com caráter deliberativo, e Plano Diretor ou Lei de Diretrizes Urbanas, eles ficam condicionados à autorização do órgão ambiental municipal, causando certa confusão em relação ao órgão ambiental estadual, uma vez que este é que deverá se manifestar quanto à possibilidade de aplicação da Resolução. Para o representante da SERLA seria mais adequada a utilização da palavra anuência, a fim de que não fosse necessária autorização prévia dos municípios, que nem sempre estão preparados estruturalmente, ainda que possuam Conselho de Meio Ambiente.

Outro aspecto que não configura necessariamente uma dificuldade, mas sim uma omissão em relação ao rol de projetos considerados como de baixo impacto ambiental, diz respeito ao último inciso do art. 11, que direciona o reconhecimento de outras ações ou atividades conhecidas como eventual e de baixo impacto ao Conselho Estadual de Meio Ambiente. Melhor seria inserir ou modificar a redação atual do inciso XI para

"XI – outras ações ou atividades; reconhecidas como eventual e de baixo impacto ambiental pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente ou mediante laudo técnico do órgão ambiental competente".

Outro aspecto que acaba sendo ignorado pelos Órgãos ambientais é o disposto no § 2º, art. 11 da Resolução em comento. O parágrafo dispõe sobre um máximo a ser interferido em APP de 5% relativo à vegetação ali existente. Porém, muitas vezes não se limitam a esse percentual determinadas intervenções, ainda que de baixo impacto.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente

Av. Graça Aranha, nº 182 – 4º andar – 20.020-001 – Rio de Janeiro, RJ

OFÍCIO SEA/SE nº 0853/08

05.

7- Atividades, planos e obras de utilidades públicas ou interesse social não elencados na Resolução, que deveriam ser considerados, segundo o Órgão licenciador.

A SERLA sugere que sejam incluídas no rol da Resolução as demais atividades consideradas de utilidade pública de que trata o Decreto-Lei n.º 3.365/41 e as outras consideradas pela Lei n.º 4.132/62 como de interesse social.

Atenciosamente,

MARILENE RAMOS

Secretária de Estado do Ambiente



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA EXECUTIVA

Esplanada dos Ministérios Bloco B - 6º andar

Sala 607 - 70068-901

Tel.: 3317-1308 Fax: 3317-1770

www.mma.gov.br

Ofício Circular nº 033/2008/SECEX/MMA.

Brasília, 03 de outubro de 2008.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

CÁSSIO TANIGUSHI

Secretário

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

70306-918 - Brasília/DF

Assunto: **Monitoramento e análise dos efeitos da aplicação da Resolução CONAMA nº 369/2006.**

Ref.: **Processo nº 02000.001045/2007-10**

Prezado(a) Senhor(a),

1. Reiterando os Ofícios nº 169, 182 e 226/2007/CONAMA/MMA, informo que foi instalado no Conselho Nacional de Meio Ambiente-CONAMA um **Grupo de Trabalho para monitorar e analisar os efeitos da aplicação da Resolução CONAMA nº 369/2006** *que dispõe sobre os casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente-APP*, coordenado pelo Presidente da Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas, Sr. Marcilio Caron Neto, Representante do Setor Florestal.

2. Na ausência de um banco de informações sobre as autorizações, concedidas ou negadas, de intervenção ou supressão de vegetação em APP, foi levantada a necessidade de se obter dos órgãos licenciadores federal, estaduais e municipais dados referentes à aplicação desta Resolução.


3. Em conformidade com os entendimentos mantidos com a ABEMA durante as reuniões dos dias 22/02/08, em Salvador/BA e 20/08/08, em Brasília/DF, solicito que a informação detalhada abaixo seja encaminhada para o Departamento de Apoio ao CONAMA, **até o dia 10 de outubro de 2008**, no seguinte endereço de e-mail: dominique.louette@mma.gov.br.

4. Caso a informação já tenha sido encaminhada, solicitamos a gentileza de atualizar os dados, verificando se todas as perguntas foram respondidas

5 As informações serão consolidadas pelo Grupo de Trabalho em um relatório que deverá integrar o Relatório de Qualidade Ambiental de que tratam os incisos VII, X e XI do art. 9º da Lei nº 6.938 de 1981, conforme § 2º do art. 15 da Resolução CONAMA 369/06.

6. Coloco à disposição para maiores informações o telefone (61) 3105 2188.

Atenciosamente,


IZABELLA TEIXEIRA
Secretária-Executiva